



**O texto, o contexto e a mediação: uma introdução à abordagem de Antonio Candido  
para a correlação entre literatura e sociedade**

Max Luiz Gimenes

1º semestre de 2014

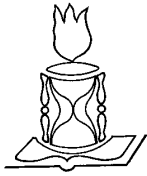
**A natureza da literatura e suas faces**

Empreitadas que busquem enquadrar as artes num estudo sistemático sobre suas relações com a realidade social ou psicológica não se levam adiante sem alguma dificuldade, haja vista o potencial polissêmico atribuído às obras artísticas, em especial as tidas como “clássicas”, o qual tende a transcender nossa régua científica.

Nesse sentido, lembremo-nos, por exemplo, das definições de “clássico” propostas por Ítalo Calvino, segundo o qual “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para dizer”, e portanto toda releitura deles é “uma leitura de descoberta como a primeira” (Calvino, 1993 [1991], p.11), ou da analogia de Walter Benjamin de certas histórias com “essas sementes de trigo que durante milhares de anos ficaram fechadas hermeticamente nas câmaras das pirâmides e que conservam até hoje suas *forças germinativas*” (Benjamin, 1994 [1936], p. 204, grifo meu).

Procurando então tomar o devido cuidado em relação a essa pluralidade de possibilidades que o tratamento da literatura permite, começarei este artigo com algumas definições acerca dela, para então, num segundo momento, explicitar um método possível de abordagem de suas relações com a sociedade, bem como o tipo de texto literário mais adequado a essa modalidade de estudo. Vale lembrar que, para Antonio Candido, a crítica deve se ajustar à natureza do objeto, e não o contrário, combinando assim, numa “análise integradora”, uma atenção maior ao código ou à mensagem conforme a necessidade explicativa, posição que ele define como “crítica de vertentes” (Candido, 2010b [1993], p. 12).

Faz-se necessária uma primeira definição de literatura, por mais ampla que seja, para que seja possível irmos afinando o entendimento do tema deste artigo. Admitindo-a como “manifestação universal de todos os homens em todos os tempos”, Candido a entende como



[...] todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações (Candido, 2002 [1972], p. 176).

Interessa-nos nesta discussão a literatura nessa sua dimensão mais universal, de manifestação, tanto quanto sabemos, em todos os homens em todos os tempos, uma “espécie de necessidade universal” (Candido, 2002, p. 80). E também, nesse sentido, um bem entre os “bens incompressível, isto é, os que não podem ser negados a ninguém” (Candido, 2011 [1988], p. 175), sob pena de “desorganização pessoal” ou “frustração mutiladora” (Candido, 2011, p. 176). Vejamos passagem em que Antonio Candido sugere a literatura como necessidade profunda do ser humano que, numa organização justa da sociedade, não poderia deixar de ser satisfeita, sob pena de prejuízo para o indivíduo privado de acesso às suas diversas modalidades:

Assim como todos sonham todas as noites, ninguém é capaz de passar as vinte e quatro horas do dia sem alguns momentos de entrega ao universo fabulado. O sonho assegura durante o sono a presença indispensável deste universo, independentemente da nossa vontade. E durante a vigília a criação ficcional ou poética, que é mola da literatura em todos os seus níveis e modalidades, está presente em cada um de nós, analfabeto ou erudito, como anedota, caso, história em quadrinhos, noticiário policial, canção popular, moda de viola, samba carnavalesco. Ela se manifesta desde o devaneio amoroso ou econômico no ônibus até a atenção fixada na novela da televisão ou na leitura seguida de um romance (Candido, 2011 [1988], pp. 176-177).

A literatura, segundo Antonio Candido, satisfaz essa necessidade humana universal por meio da atuação em conjunto de suas diferentes faces, que sistematizarei a seguir e que alinhio em torno de dois polos, os conceitos de *estrutura* (texto) e de *função* (contexto), sendo ambos “momentos necessários do processo interpretativo” (Candido, 2010a [1965], p. 14), ao menos se o que se busca é uma “interpretação dialeticamente íntegra”, ou seja, com vistas a compreender a “integridade da obra”, formada como objeto orgânico e autônomo a partir de uma certa fusão entre texto e contexto (Candido, 2010a, p. 13). Disso resulta que uma abordagem mais ampla pode ser mais rica na interpretação da obra, na medida em que essa “fusão” é mais que a simples adição ou relação causal das partes, as quais em si podem com



proveito ser estudadas por abordagens mais específicas e fragmentadas, sem que no entanto estas logrem um resultado de mesmo alcance do da interpretação de tipo integral.

Antonio Candido trata da natureza e das faces da literatura em diferentes momentos de sua produção intelectual, de modo mais ou menos livre e variado. Com base em alguns de seus textos,<sup>1</sup> operei aproximações (observando a cronologia das discussões e as superações empreendidas nelas pelo próprio autor) e realizei uma sistematização que permite apresentar essas faces do seguinte modo (lembrando que essa divisão é válida apenas em sentido descritivo, pois em sentido dinâmico o que existe é a obra literária como uma coisa só, em que interagem simultaneamente as três faces): 1) literatura como “construção de objetos autônomos como estrutura e significado” (Candido, 2011, p. 178), ou como “construção de objetos semiologicamente autônomos” (Candido, 2002, p. 85); 2) literatura como “forma de expressão” (Candido, 2011, p. 179); e 3) literatura como “forma de conhecimento” (Candido, 2011, p. 178), ou como “forma de conhecimento do mundo e do ser” (Candido, 2002, p. 85).

Começando pela face da literatura como objeto autônomo construído e dotado de significado, polo da *estrutura*, é possível pensarmos o texto como “forma orgânica” concreta, isto é, aquela “constituída pela inter-relação dinâmica dos seus elementos, exprimindo-se pela ‘coerência’” (Candido, 2010a, pp. 9-10). O sucesso dessa construção é crucial, pois intenção é algo subjetivo que, em literatura, torna a obra dependente do autor, e portanto não se poderia considerá-la, nesse caso, nem objeto *autônomo* nem acima de seu contexto imediato, o que é atingido no trabalho interno ao texto com a linguagem.

Como dito anteriormente, Antonio Candido não concebe as três faces que distingue na literatura atuando separadamente, ficando indicado que as duas faces da literatura situadas no âmbito da *função*, a forma de expressão e a forma de conhecimento, só se viabilizam devido ao sucesso da primeira face, localizada no âmbito da *estrutura*, e que o sucesso desta primeira face implica as outras duas. Ou, de outro modo: “o conteúdo só atua por causa da forma, e a forma traz em si, virtualmente, uma capacidade de humanizar devido à coerência mental que pressupõe e que sugere” (Candido, 2011, p.180). Com isso, como se pode notar, Candido já estabelece a ponte de um domínio a outro, de uma face (estrutura) para as outras duas (função como forma de expressão e de conhecimento).

---

<sup>1</sup> Em especial, as conferências “A literatura e a formação do homem” e “O direito à literatura” e o livro *Literatura e sociedade*.



Antes de seguir adiante, porém, vale uma indicação quanto ao próprio conceito de função, que forçando um pouco seria possível dividir em dois níveis igualmente simultâneos de atuação, um individual ou psicológico e outro histórico ou social. Sucintamente, pode-se definir a função tanto como o “papel que a obra literária desempenha na sociedade” (Candido, 2002, p. 77) quanto como “síntese e projeção da experiência humana” (Candido, 2002, p. 80), deixando assim clara a via de mão dupla que Antonio Candido enxerga no que diz respeito às influências que arte e sociedade trocam entre si.

Retomando a passagem da primeira para as outras duas faces: “A organização da palavra comunica-se ao nosso espírito e o leva, primeiro, a se organizar; em seguida, a organizar o mundo” (Candido, 2011, p. 179). Isso implica uma função psicológica que é de dar forma exprimível ao que assim não aparece de imediato em nossa mente, de “sistematizar a fantasia” (Candido, 2002, p. 81) – e, portanto, estar em melhores condições de entendê-la. A primeira face da literatura então é o que permite a ela que também funcione como “forma de expressão”, porque a sistematização pressuposta no que é exposto como objeto também sugere processo subjetivo semelhante de sistematização de sentimentos e opiniões de nossa experiência cotidiana, que nesta aparecem “geralmente vagos, informados, e não têm consistência que os torne exemplares”. Aí entra essa face da literatura:

Expressando-os no enquadramento de um estilo literário, usando rigorosamente os versos de dez sílabas, explorando certas sonoridades, combinando as palavras com perícia, o poeta [Gonzaga, em sua “Lira”] transforma o informal ou inexpresso em estrutura organizada, que se põe acima do tempo e serve para cada um representar mentalmente as situações amorosas desse tipo (Candido, 2011, p. 179).

Se é síntese, como já foi dito, também é projeção. A literatura é então “algo que exprime o homem e depois atua na própria formação do homem” (Candido, 2002, p. 80). E aí chegamos à terceira face descrita por Antonio Candido, a da função educativa da literatura como “forma de conhecimento”: “Digamos que o conteúdo atuante graças à forma constitui com ela um par indissociável que redundava em certa modalidade de conhecimento” (Candido, 2011, p. 181).<sup>2</sup> E esse conhecimento pode ser latente, ou seja, inconsciente do autor e do

---

<sup>2</sup> Forma de conhecimento que, de qualquer modo, também desempenha função psicológica, uma vez que pode implicar conhecimento de si próprio, e não deixa de se relacionar com a “forma de expressão”, pois esta é



receptor, ou intencional, desempenhando nesse caso uma função ideológica. Atuando de modo ao mesmo tempo psicológico e educativo, a literatura constitui-se como processo mais amplo de *formação* do homem.

E essa possibilidade de proporcionar conhecimento é devido ao que Antonio Candido chama de “impregnação profunda” de realidade na obra (Candido, 2002, p. 82), ou “vínculo entre fantasia e realidade” de um sentimento, fato ou desejo de explicação (Candido, 2002, p. 81), pois nenhuma fantasia é pura. Porém, mesmo admitindo certa abertura para o intencional nessa face da literatura como forma de conhecimento, o mais importante para ele é o que ela opera para além da intenção, segundo a “poderosa força indiscriminada de iniciação na vida” (Candido, 2002, p. 84): “Ela [a literatura] não corrompe nem edifica, portanto; mas, trazendo livremente em si o que chamamos bem e o que chamamos mal, humaniza em sentido profundo, porque faz viver” (Candido, 2002, p. 85). Ou: “A literatura confirma e nega, propõe e denuncia, apoia e combate, fornecendo a possibilidade de vivermos dialeticamente os problemas” (Candido, 2011, p. 177).

### **A sociologia frente à literatura**

Se a literatura mantém com a sociedade alguma relação, ela evidentemente não pode deixar de interessar à sociologia. No entanto, num mundo de crescente especialização, a literatura é objeto de disciplina específica, o que não deixa de acarretar tensões de fronteira, por assim dizer. Antonio Candido chegou não apenas a escrever sobre estas como a vivê-las no período que parece ter sido o de maior intensidade delas no país. Afinal, a década de 1960 foi marcada pela “concorrência entre disciplinas vizinhas: crítica literária e sociologia” (Jackson, 2007, p. 45). E mais: “O andamento de sua obra [de Candido] não deve ser dissociado desses dois universos disciplinares [sociologia e crítica literária]” (Jackson, 2009, p. 270).

Foi ao fim da década de 1950 que Antonio Candido iniciou sua “migração institucional”, deixando a assistência da cadeira II de Sociologia na USP para ser professor do curso de Letras na Faculdade de Assis entre 1958 e 1961, assumindo a partir daí a recém-criada cátedra de Teoria Literária e Literatura Comparada na USP. Sua saída da sociologia seria devida ao desacordo com o programa de Florestan Fernandes e sua equipe, que

---

necessária tanto para esse conhecimento de si como para o conhecimento do mundo e do ser em geral através



privilegiavam temas como o desenvolvimento em detrimento da cultura, ou fenômenos de “estrutura e infraestrutura” em vez dos de “superestrutura”, para usar termos do próprio Candido em referência ao que era habitual na sociologia de então (Candido, 2010a, pp. 54-55).

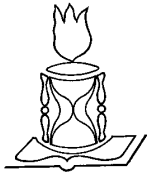
Nesse contexto, a atuação de Antonio Candido na década de 1960 estaria fortemente marcada pela tentativa de legitimação de seu trabalho intelectual, porém não apenas ante os antigos colegas e a “Escola Paulista de Sociologia”, mas também no interior do próprio campo dos estudos literários: ele “representaria (em relação aos concretistas sobretudo) uma vertente marcada pela cientificidade, esta perseguida através de procedimentos próprios à crítica literária [...]” (Jackson, 2007, p. 47, nota 2). Nessa sua busca de legitimação, observa-se o desejo de afastar-se da acusação de que fazia sociologia em vez de crítica literária. Para Antonio Candido, o problema da sociologia nos estudos literários seria o “sociologismo crítico” (“tendência devoradora de tudo explicar por meio de fatores sociais”), e não a crítica de “orientação sociológica” (“interpretação estética que assimilou a dimensão social como fator de arte”, um entre outros elementos que interferem na economia do livro), a qual é possível e legítima (Candido, 2010a, p. 17). Como se vê, não obstante o desejo de legitimação no campo da crítica literária, a perspectiva integradora da abordagem proposta não cessa de aparecer sob diversas nomenclaturas.

Essas considerações preliminares têm como objetivo iluminar de um ângulo sociológico as reservas de Antonio Candido com relação à presença e ao lugar da sociologia no campo dos estudos literários, as quais devem ser relativizadas com base nessas contingências e no programa que esboçou e que passaria a seguir: ele buscaria cada vez mais soluções interpretativas “orientadas pela ambição de realizar estudos ‘propriamente dialéticos’ sobre os textos literários” (Jackson, 2009, p. 279). Seu ideal, portanto, está bem longe da demarcação disciplinar por vezes reivindicada na década de 1960 e pode ser bem compreendido na passagem em que alude ao método sugestivamente nomeado por Otto Maria Carpeaux como “estilístico-sociológico”:

Tal método, cujo aperfeiçoamento será decerto uma das tarefas desta segunda metade do século, no campo dos estudos literários, permitirá levar o ponto de vista sintético à intimidade da interpretação, desfazendo a dicotomia tradicional entre fatores *externos* e *internos*, que ainda serve

---

do que é expresso objetivamente por outras pessoas.



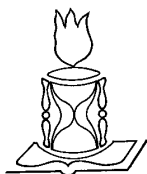
atualmente para suprir a carência de critérios adequados (Candido, 2010a, p. 24, grifos do autor).

Carência que é a do próprio Antonio Candido, pois demarcando com a sociologia na década de 1960 ele atribui a esta o “tratamento externo dos fatores externos” às obras, de tudo que é condicionante e não diz respeito à questão do valor delas, pois se trata afinal de disciplina científica que não teria, portanto, a “orientação estética necessariamente assumida pela crítica” (Candido, 2010a, p. 14). Já esta se ocuparia do tratamento interno dos fatores externos (ou seja, reduzidos à estrutura): “o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar” (Candido, 2010a, p. 14). Recai na dicotomia, que no entanto tem como horizonte superar, num ponto de vista sintético, ou dialético.

Não é pois livre de condicionantes sociais que Antonio Candido busca se diferenciar da sociologia, mas no fundo o debate seria com certo tipo de sociologia, em relação à qual ele gostaria não só de se desvincular como também gostaria de proteger dela os estudos literários. Isso porque “o sociólogo costuma despi-los [os produtos artísticos em geral, mas no caso específico desta passagem os do primitivo] do sentido estético, essencial para compreender sua natureza, manipulando-os como traços entre outros de um sistema cultural ou social” (Candido, 2010a, p. 54). A ameaça que para ele representava essa sociologia pode ser notada claramente aqui:

“Por isso [pelo fato de o artista enquanto individualidade criadora na sociedade moderna lhe escapar em grande parte como objeto], para não ser acusada de onívora e totalitária, a sociologia não pode pretender o lugar da teoria literária. Embora possa constituir um elemento importante para a análise estrutural, o que propriamente lhe cabe são os aspectos sociais da criação, da apreciação, da circulação das obras” (Candido, 2010a, p. 58).

É como se o sociólogo pudesse fazer sociologia dos aspectos definitivamente sociais relativos à literatura, uma sociologia do criador e do público receptor das obras, por exemplo, mas não uma sociologia da literatura propriamente dita, como sociologia da obra literária, porque para compreender esta os aspectos relevantes podem ou não ser os sociais (e é preciso estar aberto a isso). A minimização da importância da dimensão estética atrapalha a compreensão da obra, até porque é preciso ter consciência da “relação arbitrária e deformante



que o trabalho artístico estabelece com a realidade, mesmo quando pretende observá-la e transpô-la rigorosamente, pois a mimese é sempre uma forma de poiese” (Candido, 2010a, p. 22).

Antonio Candido cita as seis modalidades comuns de “estudos de tipo sociológico em literatura” (Candido, 2010a, p. 18), não obstante “algumas delas satisfaçam também as exigências do crítico” (Candido, 2010a, p. 21): 1) “relacionar o conjunto de uma literatura, um período, um gênero, com as condições sociais” (Candido, 2010a, pp. 18-19); 2) “verificar a medida em que as obras espelham ou representam a sociedade” (Candido, 2010a, p.19); 3) “estudo da relação entre a obra e o público”, sendo “apenas sociologia, e muito mais coerente” (Candido, 2010a, p. 20); 4) estudar “a posição e a função social do escritor” (Candido, 2010a, p. 20); 5) investigar “a função política das obras e dos autores, em geral com intuito ideológico marcado” (Candido, 2010a, p. 20); 6) “investigação hipotética das origens, seja da literatura em geral, seja de determinados gêneros” (Candido, 2010a, p. 21). Como o momento é de consolidação disciplinar, melhor deixar tudo claramente dividido: uma coisa é crítica e outra é “história sociológica da literatura” ou “sociologia da literatura”.

Antonio Candido discute inclusive as diferenças que vê no tratamento necessário à literatura do civilizado e à do primitivo ou rústico, admitindo que o sociólogo ou etnólogo tem mais a dizer sobre estes últimos do que o estudioso apenas de literatura. E força a nota, para se explicar:

[...] no limite, as formas eruditas de literatura dispensam o ponto de vista sociológico, mas de modo algum a análise estética; enquanto as suas formas orais dispensariam a análise estética, mas de modo algum o ponto de vista sociológico (Candido, 2010a, p. 61).

Entre outras coisas, Antonio Candido busca em seus estudos uma abordagem que não seja o que ele chama de “paralelística”, ou seja, que analise separadamente a sociedade e depois utiliza a literatura para meramente ilustrar como elementos da sociedade aparecem aqui e ali nas obras, e sim uma abordagem que dê conta da “interpenetração” (Candido, 2010a, p. 9).

A preocupação é com o processo que ele viria depois a chamar de “redução estrutural”, embora já se encontrasse definido na década de 1960: “averiguar *como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária*, a ponto de ela





poder ser estudada em si mesma; e como só o conhecimento desta estrutura permite compreender a função que a obra exerce” (Candido, 2010a, p. 10, grifo meu). Afinal, como confessa no prefácio a *Literatura e sociedade*: “[...] me convenço cada vez mais de que só através do estudo formal é possível apreender convenientemente os aspectos sociais” (Candido, 2010a, p. 10).

E o que dá conta do programa de Antonio Candido é a abordagem dialética da correlação entre literatura e sociedade, entendida como aquela que procura, em seus estudos, levar em consideração de modo equilibrado as dimensões social (contexto) e estética (texto) da obra literária e suas influências recíprocas, evitando com isso o eventual empobrecimento que pode advir de enfoques que sobrevalorizam de antemão um ou outro desses polos, em vez de combiná-los em função das necessidades do próprio objeto artístico empírico.

### **A abordagem dialética**

O campo da crítica denominada dialética remonta à tradição marxista, sobre a qual não seria possível discorrer satisfatoriamente no âmbito deste artigo, para o qual importa apenas reter o caráter mais amplo desse campo de estudos, limitado aqui por conveniência à sua manifestação brasileira pioneira, Antonio Candido, e a seguir desdobrado rapidamente com Roberto Schwarz, um de seus discípulos mais proeminentes, na tentativa de ampliar o entendimento. Em relação a este último, afirma Waizbort:

Schwarz, para uns sociólogo, para outros crítico literário, publicou sua análise dos romances de Machado em dois livros complementares, escritos no intervalo de alguns anos: o primeiro em 1977 – *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro* –, e o segundo em 1990 – *Um mestre na periferia do capitalismo: Machado de Assis*. Ambos constituem uma *penetrante conjugação de sociologia e crítica literária*. Ao indagar pelas experiências sociais de maior generalidade que caracterizam a sociedade brasileira, assume o papel do sociólogo. Mas, como essa experiência encontra sua realização mais acabada na literatura, veste o uniforme do crítico literário (Waizbort, 2009, p. 408, grifo meu).

E o que significa procurar por respostas sobre as “experiências sociais de maior generalidade” na literatura? Vejamos qual é, para Schwarz, a definição de forma:

Mais precisamente, digamos que do conjunto mais ou menos contingente de condições em que uma forma nasce, esta retém e reproduz algumas – sem as quais não teria sentido – que passam a ser o seu efeito literário, o seu “efeito de realidade”, o mundo que significam. Eis o que interessa: *passando a*



*pressuposto sociológico uma parte das condições históricas originais reaparece, com sua mesma lógica, mas agora no plano da ficção e como resultado formal. Neste sentido, formas são o abstrato de relações sociais determinadas, e é por aí que se completa, ao menos a meu ver, a espinhosa passagem da história social para as questões propriamente literárias, da composição – que são de lógica interna e não de origem (Schwarz, 2012, p. 51, grifos meus).*

Deparamos aqui claramente com uma questão do escopo também da sociologia, de investigação de relações sociais abstraídas na *forma*. Referindo-se às diferentes escolas de pensamento tratadas na *História da análise sociológica*, seus organizadores mostram como elas são todas “outras tantas tentativas de definir os *elementos fundamentais da estrutura social* – tanto os que são universais como os que têm um caráter histórico particular – e oferecer algumas explicações ou interpretações da *unidade e persistência das sociedades, bem como de suas tensões internas e de seu potencial de transformação*” (Bottomore & Nisbet, 1980, p. 9, grifos meus).

Ora, em obras literárias que se propõem a representar uma sociedade histórica particular, reduzindo para dentro da estrutura do texto os elementos externos observados pelo autor, o novo mundo articulado no interior delas apresenta-se igualmente dotado de unidade e tensões internas, as quais se devem à lógica abstraída das relações reais da estrutura social externa que passa a servir internamente para articular certos elementos específicos inventados. No caso da forma romance, típica da sociedade capitalista moderna, podemos observar nela figuradas as contradições desse tipo de sociedade:

Forma literária e processo social é fórmula cunhada e desenvolvida por Lukács, para quem só se pode entender as especificidades da forma romance quando se entendem as especificidades do desenvolvimento das contradições do capitalismo (Waizbort, 2009, p. 409).

Mas esses, como ficou dito, são casos de tentativa de representação da realidade social ou psíquica. Há também, contudo, as tentativas de transfiguração da realidade, casos em que a abordagem crítica tem de ser outra, talvez menos relacionada ao externo histórico e particular e mais atenta às indagações a respeito do que Nisbet e Bottomore identificaram como elementos fundamentais da estrutura social de caráter universal (afinal, é possível que nesses casos tais obras tenham bebido mais na fonte de outras obras de tempos diversos do que numa empiria mais direta). Para este último caso, de transfiguração da realidade, Antonio



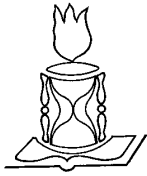
Candido também tem uma abordagem (embora talvez seja o caso de dizer que a correlação nesse caso é menos entre literatura e sociedade e mais entre literatura e condição humana, o que foge ao escopo do artigo): empreender “descrições críticas, concentrando a atenção no enunciado e mostrando seu encadeamento” – ao contrário da outra, que nos interessa mais aqui, que consiste em “localizar princípios estruturais”, ou seja, as lógicas de articulação interna das obras já mencionadas (Candido, 2010b, p. 12). De todo modo, diz Candido:

[...] mas o que pretendi mesmo, em ambos os casos [de representação ou transfiguração estudados no livro *O discurso e a cidade*], foi misturar as duas coisas em proporções diferentes, a fim de tentar uma análise integradora ajustável à natureza da obra, porque é sempre bom praticar uma crítica de vertentes, segundo o pendor natural do objeto (Candido, 2010b, p. 12).

Há dois ensaios mais famosos em que Antonio Candido pratica a abordagem dialética para estudar representações literárias da realidade brasileira, buscando localizar os tais “princípios estruturais”. Trata-se de “Dialética da malandragem”, dedicado a *Memórias de um sargento de milícias* (1852-53), de Manuel Antônio de Almeida, e “De cortiço a cortiço”, destinado a *O cortiço* (1890), de Aluísio Azevedo. Para o crítico:

Na verdade, o que interessa à análise literária é saber, neste caso, qual a função exercida pela realidade social historicamente localizada para constituir a estrutura da obra, isto é, um fenômeno que se poderia chamar de formalização ou *redução estrutural* dos dados externos (Candido, 2010b, p. 28, grifo meu).

Em *Memórias de um sargento de milícias*, Manuel Antônio de Almeida narra a história de Leonardo, “filho de uma pisadela e de um beliscão”, abandonado com a separação dos pais aos cuidados do padrinho barbeiro superprotetor e da madrinha parteira, tudo isso no “tempo do rei” (começo do século XIX). Acompanhamos então o crescimento de Leonardo, “o primeiro grande malandro da novelística brasileira” (Candido, 2010b, p. 22), e suas aventuras de homem branco livre e sem posses, que consistia muito especialmente em vadiar. Num período histórico em que homens livres e sem posses tinham interseção precária num mundo social então regido por relações de trabalho escravas, a manutenção da ordem demandava um reforço repressivo exterior às consciências, encarnado na figura do major Vidigal, que se revela ele próprio não completamente convencido de respeitar a ordem,



cedendo ao fim a pressões carnisais e não só absolvendo Leonardo de seus crimes como o promovendo ao sargento de milícias do título do romance. Desse movimento geral, Antonio Candido extrai o princípio estrutural ou medidor da obra, a “dialética da malandragem”.

Vejamos:

Nas *Memórias*, o segundo estrato [de universalização, remetido não à cultura ocidental em geral, mas à realidade histórica particular do Brasil] é constituído pela *dialética da ordem e da desordem*, que manifesta concretamente as relações humanas no plano do livro, do qual forma o sistema de referências. O seu caráter de *princípio estrutural*, que gera o esqueleto de sustentação, é devido à formalização estética de circunstâncias de caráter social profundamente significativas como modos de existência; e que por isso contribuem para atingir essencialmente os leitores (Candido, 2010b, p. 31, grifos meus).

Já em *O cortiço*, o período histórico é outro, e a sociedade mimetizada também, de transição de uma sociedade escravista para outra baseada no trabalho livre e com a presença de imigrantes europeus. Da moralidade solta e tom alegre pela representação de uma camada intermediária nem elite nem trabalhadora mas em geral desocupada, passamos para o tom melancólico do pessimismo que representa justamente os conflitos e a exploração (que são *de classe*, mas que aparecem no romance disfarçados como *de raça*). Segundo Antonio Candido, Azevedo foi “o primeiro dos nossos romancistas a descrever minuciosamente o mecanismo de formação da riqueza individual” (Candido, 2010b, p. 113). No caso, a de João Romão, taberneiro português que se transforma aos pouco em dono do cortiço que dá título ao romance.

De início, trabalha arduamente, mas não dispensa outros expedientes, como o golpe que aplica em Bertoleza, escrava fugida com quem passa a viver junto e a qual finge alforriar embolsando no entanto o dinheiro da libertação que ela lhe confia. Enriquece sobretudo com o lucro obtido na forma de aluguéis e venda de víveres na taberna para os moradores do cortiço, mas não dispensa outros recursos, como a adulteração de produtos e mesmo o roubo direto, como no caso do velho Libório, que João Romão deixa morrer no incêndio lhe salvando apenas o dinheiro guardado, que empregará depois para expandir o próprio negócio. Aqui, como princípio estrutural ou mediador, Candido encontra uma “dialética do espontâneo e do dirigido”, que marca justamente o *domínio da natureza*, no primeiro caso, e *domínio sobre a natureza*, no segundo, condição já característica da economia capitalista racionalizada. Vejamos:



No começo é como se o cortiço fosse regido por lei biológica; entretanto a vontade de João Romão parece ir atenuando o ritmo espontâneo, em troca de um caráter mais mecânico de planejamento. Os dois ritmos estão sempre presentes, mas o desenvolvimento da narrativa implica o lento predomínio do segundo sobre o primeiro, como se a iniciativa do capitalista estrangeiro fosse enformando e orientando o jogo natural das condições locais. Ele usa as forças do meio, não se submete a elas; se o fizesse, perderia a possibilidade de se tornar capitalista e se transformaria num episódio do processo natural, como acontece com o seu patrício Jerônimo, o cavouqueiro hercúleo que opta pela adesão à terra e é tragado por ela.

Isso leva a pensar que é importante no livro certa *dialética do espontâneo e do dirigido*, que pode ser percebida no desdobramento virtual do cortiço depois do incêndio, quando João Romão reconstrói as casas com mais largueza e num alinhamento melhor, estabelece horas de entrada e suprime a antiga incoordenação. Os moradores inadaptados são expulsos ou se expulsam, indo continuar o ritmo da desordem no cortiço próximo e rival, denominado Cabeça-de-Gato. O cortiço renovado é descrito por uma imagem de cunho mecânico, quando o antigo sempre o fora por meio de imagens orgânicas, que continuam a ser usadas para o cortiço desorganizado que recebe os seus rebotalhos. *A passagem do espontâneo ao dirigido manifesta a acumulação do capital, que disciplina à medida que se disciplina, enquanto o sistema metafórico passa do orgânico da natureza para o mecânico do mundo urbanizado.* (Candido, 2010b, pp. 117-118, grifos meus).

Em ambos os casos, Antonio Candido nos oferece um “enunciado exemplar”, que indica a “fórmula segundo a qual a realidade do mundo ou do espírito foi reordenada [...] para dar nascimento ao outro mundo” (Candido, 2010b, p. 107). Oferecer esse “enunciado” é tarefa da análise. A “fórmula” que ele indica é o princípio estrutural utilizado na construção, a lógica da sociedade apreendida e transportada para lógica interna do texto – lógica portanto que liga e faz a *mediação* entre o *texto* e o *contexto*. Nesse sentido, a leitura do tipo de literatura motivada por representar uma sociedade histórica particular pode proporcionar conhecimento a respeito dela, ou consciência social (uma vez que é conhecimento da história da sociedade particular em que o leitor está inserido, passado que ajuda a entender a situação presente e planejar o futuro).

Por falar em conhecimento, gostaria de encerrar este artigo com uma reflexão que nos remete de volta à face da literatura como forma de conhecimento: é possível discutir, enquanto valor estético, o potencial de conhecimento (ou mistificação) das obras literárias, tanto do mundo externo ao indivíduo leitor (ordem social) como interno a ele (subjetividade).



A literatura pode cumprir essa função, mas não necessariamente o faz de modo bem-sucedido, e o julgamento quanto a isso inclusive pode ser, de acordo com a visão de Antonio Candido, “critério de avaliação crítica”: se a obra é fator de *humanização* ou de *alienação*:

Entendo aqui por humanização (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante (Candido, 2011, p. 180).<sup>3</sup>

E aqui deparamos novamente com a tradição marxista já mencionada,<sup>4</sup> para a qual é central a questão da emancipação humana, tratada por exemplo na chave da oposição ao fenômeno da reificação, que esvazia o ser humano da espontaneidade e o submete à “espontaneidade” fetichizada das coisas, como mero apêndice de uma engrenagem social que nos aparece como naturalizada e como se contra a qual nada restasse a fazer senão aceitá-la e a ela se submeter.

### **Referências bibliográficas**

BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” [1936]. In: *Obras escolhidas, vol. I*. São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 197-221.

BOTTOMORE, Tom (org.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001 [1983].

BOTTOMORE, Tom; NISBET, Robert. “Introdução”. In: *História da análise sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980 [1978], pp. 7-18.

---

<sup>3</sup> Ou: “[...] função humanizadora da literatura, isto é, a capacidade de que ela tem de confirmar a humanidade do homem” (Candido, 2002, p. 77).

<sup>4</sup> No *Dicionário do pensamento marxista*, publicado originalmente por Tom Bottomore na Inglaterra em 1983, há menção à *Literatura e Sociedade* na bibliografia do verbete “Literatura”, o qual tem o seguinte arremate: “Porque o artista, o escritor, é um coexplorador da problemática da alienação e da desalienação, e o valor estético (literário) está entre os mais tangíveis valores desalienantes conferidos à esfera pública” (Bottomore, 2001, p. 218).



CALVINO, Ítalo. “Por que ler os clássicos?”. In: *Por que ler os clássicos?* São Paulo: Cia. das Letras, 1993 [1991], pp. 9-16.

CANDIDO, Antonio. “Crítica e sociologia”, “Literatura e vida social” e “Estímulos da criação literária”. In: *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010a [1965], pp. 13-25, 27-49, 51-80.

\_\_\_\_\_. “Dialética da malandragem” [1970] e “De cortiço a cortiço” [1973]. In: *O discurso e a cidade*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2010b [1993].

\_\_\_\_\_. “O direito à literatura” [1988]. In: *Vários escritos*. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011 [1970], pp. 195-216.

\_\_\_\_\_. “A literatura e a formação do homem” [1972]. In: DANTAS, Vinicius (org.). *Antonio Candido – Textos de intervenção*. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002, pp. 77-92.

JACKSON, Luiz. “Antonio Candido: crítica e sociologia da literatura”. In: SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp. 406-417.

\_\_\_\_\_. “Tensões e disputas na sociologia paulista (1940-1970)”. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 22, n. 65, outubro/2007, pp. 33-49.

SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades/ 34, 2012.

WAIZBORT, Leopoldo. “Roberto Schwarz: entre forma literária e processo social”. In: SCHWARCZ, Lilia; BOTELHO, André (orgs.). *Um enigma chamado Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 2009, pp. 406-417.